



0 0 0 0 6 9 7 4 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0000697-45.2017.4.01.3400 - 15ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00004.2017.00153400.2.00623/00033

DECISÃO

Cuida-se de ação popular movida por Marcos Aldenir Ferreira Rivas contra a União e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Maia (segundo réu), mediante a qual requer o autor popular, no que importa a este momento processual, seja concedida medida liminar que implique:

- a.1) a suspensão do prazo de registro de candidaturas à Presidência da Câmara dos Deputados, previsto para encerrar às 23h do dia 1º de fevereiro de 2017, bem como da eleição convocada para a sessão das 9h do dia seguinte (02/02/2017) até julgamento final desta ação;
 - a.2) o afastamento imediato do Réu do exercício do cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, sob pena de prisão, mediante requisição de força policial, uma vez constatada suspeita de ocultação, devidamente certificada pelo oficial de justiça;
- [...]

Alega o demandante, essencialmente, que a matéria concernente à eleição da Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal interessou à Constituição, conforme disposto em seu art. 57, § 4º, a justificar o conhecimento da ação, independentemente de ser própria do regimento interno.

Argumenta que tal disposição constitucional cuida exclusivamente de mandato bienal, dela não se podendo extrair qualquer referência adicional a outras espécies de mandato, inclusive o suplementar, a afastar a ideia de silêncio eloquente (se a vedação incide sobre mandato bienal, é inaplicável ao suplementar).

Acrescenta que, num contexto de direito público, como é o caso da eleição dos membros da Mesa da Câmara e do Senado, prevalece o regime de legalidade estrita, “[...] sendo absolutamente antijurídico traduzir uma lacuna constitucional como permissivo de ação de um agente estatal, mesmo que político, pois a ele só cabe fazer ou deixar de fazer mediante previsão autorizativa, não pela simples ausência de proibição [...]” (fl. 9).

Pondera que a simples concomitância do exercício da Presidência da Câmara pelo réu com sua candidatura ao mesmo cargo viola os imperativos constitucionais da moralidade, por privilegiá-lo entre os demais postulantes, e da impessoalidade, dado o suposto “uso espúrio das prerrogativas legais do cargo de Presidente da Câmara em favor do interesse pessoal do réu em se reeleger” (fl.

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO EDUARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA em 20/01/2017, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 66420783400276.



0 0 0 0 6 9 7 4 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0000697-45.2017.4.01.3400 - 15ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00004.2017.00153400.2.00623/00033

12), destacando, no ponto, que o demandado, valendo-se do *caput* do art. 6º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – que dispõe incumbir ao Presidente da Casa a designação do cronograma da eleição da nova Mesa –, fixou, como termo final do prazo de registro de candidaturas, as 23h do dia 1º de fevereiro, para uma eleição que ocorre na manhã seguinte, às 9h, ou seja, fora do expediente regular da Câmara e dos tribunais, a impedir a judicialização do respectivo registro em tempo hábil.

Entende, assim, que o registro da candidatura do réu insere-se na categoria dos ilícitos atípicos.

Por despacho (fls. 38-39), determinei a intimação do representante judicial da União e do segundo demandado, a fim de que se manifestassem sobre o pedido de liminar, no prazo de setenta e duas horas.

Manifestação apresentada às fls. 43-79, em que articulam os réus com preliminar de ilegitimidade do autor popular para a causa, ao fundamento de que somente os deputados federais, que possuem capacidade eleitoral ativa e passiva, poderiam discutir o direito à participação do processo eleitoral de escolha dos membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Argumentam, ainda preliminarmente, que a defesa de tal direito somente poderia ocorrer a partir de mandado de segurança impetrado por deputado federal, sendo incabível a ação popular para discutir ato de natureza político-legislativa.

Acrescentam que, na petição inicial, o autor popular tentou demonstrar diferenças de seu pleito em relação ao pedido deduzido no Mandado de Segurança n. 34.574, impetrado pelo Deputado Federal André Peixoto Figueiredo Lima e em trâmite perante o STF, salientando, contudo, que os pedidos e a causa de pedir são os mesmos, até porque “[...] o autor popular apenas faz ilações a respeito da conduta do Presidente da Câmara dos Deputados, sem trazer prova de suas alegações – utilizando-se de frágeis reportagens jornalísticas para pretensamente comprovar ‘abuso de poder na forma de desvio de finalidade’” (fl. 56). Concluem, então, que haveria litispendência entre a presente ação popular e aquele mandado de segurança, a impor a extinção do feito sem resolução de mérito.

Dizem, ainda, que o objeto da ação popular reside na viabilidade jurídico-constitucional da recondução do Presidente da Câmara dos Deputados na eleição subsequente, considerando ter ele exercido mandato suplementar. No particular, anotam que a Constituição, no art. 57, § 4º, refere-se apenas às eleições ordinárias para os cargos da Mesa Diretora, de modo que o seu silêncio em relação às eleições extraordinárias deve ser entendido como autorização à Casa Legislativa para



0 0 0 0 6 9 7 4 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0000697-45.2017.4.01.3400 - 15ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00004.2017.00153400.2.00623/00033

disciplinar o tema em seu regimento interno.

Relativamente ao mérito, afirmam que inexistente ato atentatório à impessoalidade e à moralidade administrativa, bem como que não há incompatibilidade entre o exercício da Presidência da Câmara dos Deputados e a candidatura à reeleição, até porque, não necessariamente, o Presidente conduzirá o processo eleitoral.

É o relato do necessário. **Fundamento e decido.**

A ação popular em análise, ao pretender impedir a ocorrência de reeleição tida como vedada pela Constituição, busca, em última análise, tutelar a moralidade administrativa, extraindo-se da petição inicial, inclusive, a assertiva segundo a qual o demandado estaria utilizando as prerrogativas do cargo de Presidente da Câmara dos Deputados para se reeleger, tudo a demonstrar, *in status assertionis*, a legitimidade ativa para a causa e o cabimento da presente ação, vocacionada que é à defesa do patrimônio público imaterial e da moralidade, nos termos do art. 5º, LXXIII, da Constituição.

A parte requerida traça um paralelo entre a eleição da Mesa da Câmara dos Deputados e as eleições gerais e, na sequência, conclui: “[...] se nem nas eleições gerais admite-se a legitimidade ativa dos cidadãos para impugnar as candidaturas eleitorais, com menos razão se admitiria tal legitimidade no bojo de uma ação popular, em relação ao deferimento de candidaturas internas para os cargos da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados” (fl. 47).

Na minha visão, a tese não se sustenta e parte de premissa incompleta.

O art. 3º da Lei Complementar n. 64, de 1990, é certo, atribui a qualquer candidato, partido político, coligação ou ao Ministério Público legitimidade para impugnar pedido de registro de candidatura. Nada obstante, isso não impede o eleitor de fiscalizar o pedido de registro, pois, conforme procedimento instituído pelo TSE, materializado na Resolução n. 23.455/2015 – que tratou da escolha e do registro dos candidatos nas eleições de 2016 –, “qualquer cidadão no gozo de seus direitos políticos poderá, no prazo de cinco dias contados da publicação do edital relativo ao pedido de registro, dar notícia de inelegibilidade ao Juízo Eleitoral competente, mediante petição fundamentada, apresentada em duas vias”.

Tal constatação – somada à circunstância de que, em processo de registro de candidatura, o Juiz Eleitoral, verificando a ausência de condição de elegibilidade ou a existência de causa de inelegibilidade, pode indeferir, de ofício, o pedido de registro, conforme art. 45 da citada Resolução



0 0 0 0 6 9 7 4 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0000697-45.2017.4.01.3400 - 15ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00004.2017.00153400.2.00623/00033

n. 23.455/2015 – termina por revelar mecanismo claro de participação do cidadão no controle da regularidade do ato.

Acresça-se que, conquanto se trate de “candidaturas internas para os cargos da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados”, no caso específico do Presidente da Casa, em se confirmando a eleição, o ato projeta-se para além dos limites daquele órgão, o que, no caso, assume contornos ainda mais sensíveis quando se considera que, com o *impeachment* da então Presidente da República Dilma Rousseff, o Presidente da Câmara dos Deputados corresponde ao sucessor imediato do atual Presidente da República (art. 80 da Constituição).

Ademais, a possibilidade de condução do processo eleitoral por quem é candidato (art. 6º, *caput* e § 3º; art. 17, IV, “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD) parece ir de encontro aos princípios da impessoalidade e da moralidade, não sendo crível a sua atuação de forma imparcial, diversamente do que ocorre nas eleições gerais, organizadas e fiscalizadas pela Justiça Eleitoral¹, compreensão que somente reforça a legitimidade do autor popular.

Lado outro, não há que se falar em litispendência da demanda popular com o mandado de segurança que tramita no STF. A uma, porque as partes são distintas. A duas, porque, como reconhecido pelos requeridos, é afirmada, pelo autor, a prática de desvio de finalidade pelo segundo réu: “[...] o autor popular apenas faz ilações a respeito da conduta do Presidente da Câmara dos Deputados, **sem trazer prova de suas alegações – utilizando-se de frágeis reportagens jornalísticas** para pretensamente comprovar ‘abuso de poder na forma de desvio de finalidade’” (fl. 56) (g.n.). Destarte, à luz da narrativa exposta na petição inicial – teoria da asserção –, tem-se causa de pedir diversa daquela do mandado de segurança, a impedir o reconhecimento do aventado pressuposto processual negativo. Eventual discussão a respeito da comprovação, ou não, do ilícito refere-se ao mérito da ação.

Superadas essas questões, tem-se que o autor questiona o exercício do mandato de Presidente da Câmara dos Deputados pelo réu, em concomitância com a sua candidatura ao mesmo cargo, ponderando que essa situação proporcionar-lhe-ia privilégios em relação aos demais postulantes.

Ainda que justificável a preocupação do demandante, por permitir o instituto da reeleição, em tese, o direcionamento da máquina administrativa para a consecução de novo mandato, a

¹ Entre os fundamentos que levaram o Supremo Tribunal Federal a concluir pela viabilidade da reeleição dos titulares da chefia do Executivo (art. 14, § 5º, da Constituição, na redação determinada pela Emenda Constitucional n. 16, de 1997), está, exatamente, a existência desse órgão do Poder Judiciário, encarregado de apurar eventuais abusos do poder político (ADI 1805 MC, Relator Min. Néri da Silveira, Tribunal Pleno, julgado em 26.3.1998, DJ de 14.11.2003).



0 0 0 0 6 9 7 4 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0000697-45.2017.4.01.3400 - 15ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00004.2017.00153400.2.00623/00033

configurar abuso de poder², certo é que a reeleição, nas hipóteses em que assegurada constitucionalmente, não é, em si mesma, contrária aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade³, daí por que a demonstração do ilícito imputado ao réu – consistente no uso das prerrogativas legais do cargo em favor de interesse pessoal na reeleição – exige dilação probatória, incompatível com o presente momento processual.

De todo modo, a questão principal objeto desta demanda é anterior ao suposto desvio de finalidade praticado pelo réu e diz respeito, exatamente, à admissibilidade, ou não, de sua recondução para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados na eleição imediatamente subsequente, considerando que foi eleito para completar o mandato de presidente que renunciou (art. 8º, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

Sublinhe-se que a matéria atinente à composição das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal mereceu especial atenção da Constituição de 1988, que, com vistas a resguardar o princípio republicano, estabeleceu, inclusive, uma regra de inelegibilidade, consistente em proibir a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. Na expressão da Lei Fundamental:

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

[...]

2 Sobre o tema, observa José Jairo Gomes: “[...] embora contrariando a tradição político-constitucional brasileira, a EC n. 16/97 alterou a redação do artigo 14, § 5º, da Lei Maior, introduzindo a reeleição dos chefes do Poder Executivo. Podem, pois, concorrer à reeleição para um único período subsequente. No entanto, não se previu que os ocupantes desses cargos tivessem de se desincompatibilizar para disputar a reeleição, embora fosse uma exigência ética das mais elementares. Assim, podem permanecer no exercício de suas funções, apesar de se encontrarem empenhados na campanha para a reeleição. Nisso têm como grande aliado a máquina administrativa estatal, da qual são os dirigentes máximos.” (Direito eleitoral. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011, p. 150.)

3 O Supremo Tribunal Federal, ao analisar a constitucionalidade do § 5º do art. 14 da Constituição, na redação da Emenda Constitucional n. 16, de 1997, decidiu que, não obstante a redação originária do dispositivo contivesse regra de inelegibilidade, com a aludida emenda – que passou a admitir aos titulares de chefia do Executivo concorrer a outro mandato no período subsequente –, modificou-se a natureza da norma, que deixou de constituir regra de inelegibilidade para se firmar como norma de elegibilidade, a afastar, inclusive, a necessidade de desincompatibilização para concorrer ao segundo mandato (ADI 1805 MC, Relator Min. Néri da Silveira). Ademais, nesse mesmo julgamento, o STF entendeu que o § 5º do art. 14 da Constituição, na redação determinada pela Emenda Constitucional n. 16, de 1997, não contraria o art. 60, § 4º, IV, da Lei Fundamental, salientando aquela Corte que eventuais abusos do poder de autoridade ou do poder econômico seriam objeto de ampla fiscalização pela Justiça Eleitoral.

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO EDUARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA em 20/01/2017, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 66420783400276.



0 0 0 0 6 9 7 4 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0000697-45.2017.4.01.3400 - 15ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00004.2017.00153400.2.00623/00033

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

Tal constatação, na minha visão, é suficiente para afastar a aplicação ao caso da doutrina dos atos *interna corporis*, pela qual os atos do parlamento não seriam sindicáveis por outro poder, inclusive o Judiciário.

A propósito, bem observou o Ministro Celso de Mello em seu voto proferido nos autos do Agravo Regimental em Mandado de Segurança n. 21.754-5:

“[...] Não obstante o caráter político dos atos *interna corporis*, é essencial proclamar que a discricção dos corpos legislativos não pode exercer-se – conforme adverte CASTRO NUNES (‘Do Mandado de Segurança, p. 223, 5ª ed.) – nem ‘... fora dos limites constitucionais (...)’, nem ‘... ultrapassar as raias que condicionem o exercício legítimo do poder’.”

Na hipótese, reitere-se, o texto constitucional estabelece limites para a eleição das Mesas, não sendo possível ao parlamento, a pretexto de interpretar normas regimentais, simplesmente afastar a vontade da Constituição.

Some-se a isso que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ao dispor sobre a eleição da Mesa, estabelece que “**não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas**” (art. 5º, § 1º), por considerar, muito provavelmente, que a renovação dos quadros parlamentares de uma legislatura para outra restaura, em certa medida, a isonomia entre os candidatos, inclusive daquele que pretende a recondução. De toda sorte, sem adentrar o mérito da questão, certo é que, se a interpretação da própria Câmara dos Deputados, materializada em norma regimental, estabelece que a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes não constitui recondução, disso se extrai, *contrario sensu*, que, na mesma legislatura – tal como se dá no caso –, a eleição para o mesmo cargo implica, sim, recondução, proibida pela Constituição (art. 57, § 4º). Assim, a só possibilidade de se afastar, casuisticamente, interpretação consagrada pela Casa, atribuindo à regra sentido diametralmente oposto, evidencia, à primeira vista, tentativa de se conceder tratamento privilegiado ao candidato que postula a recondução, em ofensa não apenas ao RICD, mas, e principalmente, à Constituição, a revelar, também sob essa ótica, a viabilidade da ação popular (art. 2º, “c”, parágrafo único, “c”, da Lei n. 4.717, de 1965).



0 0 0 0 6 9 7 4 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0000697-45.2017.4.01.3400 - 15ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00004.2017.00153400.2.00623/00033

Dito isso, controverte-se a respeito da aplicabilidade da causa de inelegibilidade prevista no § 4º do art. 57 da Constituição da República ao congressista eleito para exercer mandato suplementar, em decorrência da vacância do cargo.

Pois bem, conquanto a norma em comento não verse especificamente sobre essa situação, tal omissão não implica o afastamento da regra proibitiva da reeleição, devendo-se buscar a solução da lacuna a partir da interpretação da Lei Fundamental na sua globalidade, como orienta, aliás, o princípio da unidade da Constituição. De acordo com este, não se deve considerar “uma norma da Constituição fora do sistema em que se integra; dessa forma, evitam-se contradições entre as normas constitucionais. As soluções dos problemas constitucionais devem estar em consonância com as deliberações elementares do constituinte. Vale, aqui, o magistério de Eros Grau, que insiste em que ‘não se interpreta o direito em tiras, aos pedaços’, acrescentando que ‘a interpretação do direito se realiza não como mero exercício de leitura de textos normativos, para o que bastaria ao intérprete ser alfabetizado’. Esse princípio concita o intérprete a encontrar soluções que harmonizem tensões existentes entre as várias normas constitucionais, considerando a Constituição como um todo unitário.”⁴

Compreendido isso, para a solução do problema em tela, deve-se considerar o disposto no art. 14, § 5º, da Constituição da República, na redação determinada pela Emenda Constitucional n. 16, de 1997:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

[...]

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e **quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos** poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

Como se vê, a Emenda Constitucional n. 16, de 1997, ao tempo em que introduziu a reeleição do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos para um único período subsequente, equiparou, para fins de proibição da reeleição – no caso, a um terceiro mandato consecutivo –, o chamado mandato-tampão àquele exercido em situação de normalidade.

4 MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 94.

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO EDUARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA em 20/01/2017, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 66420783400276.



0 0 0 0 6 9 7 4 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0000697-45.2017.4.01.3400 - 15ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00004.2017.00153400.2.00623/00033

Não fosse assim, aquele que houvesse substituído o titular da chefia do Executivo no curso do mandato, sendo eleito, na sequência, para esse mesmo cargo, poderia, perfeitamente, reeleger-se para um terceiro mandato consecutivo, interpretação incompatível, contudo, com a Constituição, como já proclamado pelo STF e pelo TSE, confira-se:

CONSTITUCIONAL. ELEITORAL. VICE-PREFEITO QUE OCUPOU O CARGO DE PREFEITO POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINOU O AFASTAMENTO DO TITULAR. REGISTRO DE CANDIDATURA A UMA TERCEIRA ASSUNÇÃO NA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. IMPOSSIBILIDADE. Nos termos do § 5º do art. 14 da Constituição Federal, "os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente". Agravo regimental desprovido.

(RE 464277 AgR, Relator Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 09/10/2007, DJe-060 DIVULG 03-04-2008 PUBLIC 04-04-2008 EMENT VOL-02313-04 PP-00825)

Consulta. Cargo eletivo majoritário. Poder Executivo. Exercício. Mandato tampão. Reeleição. Pretensão. Candidatura. Impossibilidade.

1. O candidato que exerceu um primeiro mandato no Poder Executivo, denominado "tampão", e foi reeleito para um segundo, não pode concorrer no pleito subsequente, sob pena de configurar o exercício de três mandatos consecutivos.
2. A teor do que disposto pelo art. 14, §§ 5º e 7º, da Constituição Federal, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau do prefeito reeleito também não poderão candidatar-se ao referido cargo no pleito subsequente.

Consulta respondida negativamente.

(CONSULTA nº 1577, Resolução nº 22809 de 15/05/2008, Relator(a) Min. CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS, Publicação: DJ - Diário da Justiça, Data 16/06/2008, Página 30)

Essa mesma compreensão há de ser estendida à hipótese de deputado federal eleito para exercer mandato suplementar, em decorrência da vacância permanente do cargo, inexistindo razão alguma, lógica ou jurídica, para distinguir a sua situação daquela estabelecida no § 5º do art. 14 da



0 0 0 0 6 9 7 4 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0000697-45.2017.4.01.3400 - 15ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00004.2017.00153400.2.00623/00033

Lei Fundamental, uma vez que, nos dois casos, está-se diante de mandato-tampão, cujo cômputo, para efeito de se proibir a reeleição, constitui determinação constitucional.

Lado outro, como referido alhures, a regra proibitiva da reeleição objetiva, em essência, resguardar o princípio republicano, pelo qual se impõe a alternância no poder, evitando o exercício deste somente por uma pessoa ou por determinado grupo e impedindo a personificação do poder político.

Em trabalho doutrinário sobre o aludido princípio, Enrique Ricardo Lewandowski observou que a Constituição, ao adotar a forma republicana de governo, terminou por definir um de seus princípios estruturantes, que, ao lado dos princípios federativo e democrático, integra o núcleo essencial da Constituição.⁵

Nesse contexto, como a regra que proíbe a reeleição busca efetivar o princípio republicano, cujo âmbito de proteção abrange a alternância no exercício do poder político, deve-se atribuir a essa norma o significado que mais realize o valor constitucional – e, portanto, mais restritivo à perpetuação no poder –, daí por que se deve aplicar a vedação inserta no art. 57, § 4º, da Constituição, também, ao membro da Mesa eleito para cumprir mandato suplementar, em atenção ao princípio da máxima efetividade⁶.

Em outros termos, não se deve interpretar o silêncio do § 4º do art. 57 da Constituição, relativamente ao mandato suplementar, como autorização para a reeleição, prestigiando-se eventual decisão política nesse sentido, como já se sustentou (fls. 114-116); ao contrário, nessa hipótese, deve-se prestigiar a interpretação que mais promova a rotatividade no exercício do poder, por força do princípio republicano.

Assim, neste momento preliminar, assentada a proibição de recondução do réu para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados na próxima eleição da Mesa, impõe-se reconhecer a probabilidade do direito alegado em juízo.

5 Lewandowski, Enrique Ricardo. Reflexões em torno do princípio republicano. In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 100, p. 189-200, jan./dez. 2005, p. 189.

6 Segundo Canotilho, pelo princípio da máxima efetividade, entende-se que o intérprete deve atribuir a toda norma constitucional, em especial às que definem os direitos fundamentais, o sentido que lhe dê a maior eficácia. Nas palavras do jurista lusitano: “é um princípio operativo em relação a todas e quaisquer normas constitucionais, e embora a sua origem esteja ligada à tese da actualidade das normas programáticas (Thoma), é hoje sobretudo invocado no âmbito dos direitos fundamentais (no caso de dúvidas deve preferir-se a interpretação que reconheça maior eficácia aos direitos fundamentais)” (CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003, p. 1224).



0 0 0 0 6 9 7 4 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0000697-45.2017.4.01.3400 - 15ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00004.2017.00153400.2.00623/00033

Acresça-se que, mesmo não tendo o réu, até o momento, oficializado a sua candidatura, de acordo com o divulgado na mídia, ele já está em campanha para a reeleição⁷.

Destarte, sendo iminente a prática do ato, está caracterizado o perigo da demora.

Não se desconhece que, à luz da Constituição, a ação popular tem por objeto “anular ato lesivo”, a indicar que o seu cabimento estaria condicionado à ocorrência da lesão. Sucede que, como orienta a doutrina mais autorizada⁸, a lesividade, como requisito da ação popular, não se confunde com a efetiva ocorrência da lesão, daí por que se deve considerar lesivo, para fins de viabilidade da demanda popular, não apenas o ato que já produziu os seus efeitos lesivos ou que tem o potencial de produzi-los, mas, também, aquele cuja prática é iminente, não sendo necessário que se aguarde a ocorrência da lesão para que se busque a proteção judicial, decorrência lógica, aliás, do direito de acesso à justiça, previsto no art. 5º, XXXV, da Lei Fundamental.

A propósito do tema, anotei em trabalho doutrinário⁹:

[...] ao garantir ao jurisdicionado o direito ao devido processo constitucional, o inc. XXXV do art. 5.º da Lei Fundamental assegura-lhe, também, o direito à obtenção de uma tutela jurisdicional efetiva, entendida como aquela tutela adequada ao caso concreto, apta a propiciar à parte a satisfação eficaz do direito material reconhecido em juízo.

Nessas condições, estão configurados os requisitos para a concessão da tutela de urgência.

No particular, contudo, necessárias algumas observações. Como relatado, o demandante requereu, em caráter liminar: (i) o imediato afastamento do réu do exercício do cargo de Presidente da Câmara dos Deputados e (ii) a suspensão do prazo de registro de candidaturas ao aludido cargo, bem como da próxima eleição da Mesa.

Quanto ao pedido de afastamento do réu do exercício da presidência da Câmara dos Deputados, a medida postulada não guarda relação com o pedido final, formulado nos seguintes termos: “seja julgado procedente o pedido proibitório do registro de candidatura do Réu para o

7 Informação disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/em-campanha-informal-para-reeleicao-na-camara-maia-se-reune-com-alcmin-em-sp.ghtml>. Acesso em: 20.1.2017.

8 ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 87-88.

9 OLIVEIRA, Eduardo Ribeiro de. Eficácia executiva da sentença declaratória: direito fundamental à efetividade da tutela jurisdicional. Curitiba: Juruá, 2009, p. 42.



00006974520174013400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0000697-45.2017.4.01.3400 - 15ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00004.2017.00153400.2.00623/00033

cargo de Presidente da Câmara dos Deputados” (fl. 17).

Ora, cingindo-se a pretensão inicial a impedir a recondução do réu para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados na próxima eleição, o afastamento do requerido no momento atual em nada repercutiria na definição da existência, ou não, do direito à reeleição, já que, no caso, inexistente hipótese de desincompatibilização. Em outras palavras, eventual afastamento não teria o condão de impedir a incidência da causa de inelegibilidade (art. 57, § 4º, *in fine*, da Constituição).

Relativamente ao pedido de suspensão do prazo de registro de candidaturas e da próxima eleição da Mesa até o julgamento definitivo da ação, tenho que a medida se mostra desproporcional.

É que aguardar o desfecho da demanda para, só então, realizar a eleição do Presidente e dos demais membros da Mesa da Câmara dos Deputados, além de contrariar a disposição do § 4º do art. 57 da Constituição – que impõe a alternância nos postos diretivos no terceiro ano da legislatura –, terminaria por impedir o regular funcionamento da Mesa, órgão incumbido da “direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara” (art. 14, *caput*, do RICD), ao qual são cometidas as mais relevantes funções, aí se incluindo a propositura de ação direta de inconstitucionalidade e a promulgação, juntamente com a Mesa do Senado Federal, das emendas à Constituição (art. 15 do RICD), a traduzir o *periculum in mora* inverso.

Tal constatação não impede ao juiz, contudo, a adequação dos efeitos a serem antecipados às necessidades da situação de direito material, desde, é claro, que observados os limites da demanda, delineados pela pretensão deduzida a título de tutela definitiva.

A respeito do tema, orienta a melhor doutrina:

Ainda que dúvida possa existir quanto à possibilidade de antecipação *ex officio*, a situação regulada pelo art. 273 tem, em tudo e por tudo, natureza cautelar. Rege-se, pois, pelas regras dessa modalidade de tutela.

Nessa linha de pensamento, não há por que afastar a incidência do art. 798. Tem o juiz o poder de adequar os possíveis efeitos a serem antecipados às necessidades da situação de direito material.

Tal solução se mostra adequada mesmo se se admitir diferença entre tutela tipicamente cautelar e tutela antecipada. Como ambas exercem a mesma função no sistema, qual seja, assegurar a utilidade prática do provimento satisfativo, nada obsta a adoção de uma embora a outra tenha sido requerida.



0 0 0 0 6 9 7 4 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0000697-45.2017.4.01.3400 - 15ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00004.2017.00153400.2.00623/00033

Isso não significa, evidentemente, possa o juiz exceder os limites da própria demanda. Se entre o pronunciamento final e o pedido inicial deve haver congruência, correlação, não se admite a antecipação de efeitos não contidos na pretensão deduzida pelo autor a título de tutela definitiva. O limite da antecipação é o próprio provimento satisfativo final favorável ao autor. Mais do que isso, não pode o juiz conceder antecipadamente.¹⁰
(g.n.)

No caso, como exposto, o autor requereu, a título de tutela definitiva, “seja julgado procedente o pedido proibitório do registro de candidatura do Réu para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados” (fl. 17).

Assim, sem ultrapassar os limites da demanda, reputo suficiente à tutela da situação de direito material a antecipação de parte dos efeitos da sentença, no sentido de impor ao requerido a obrigação de se abster de se candidatar para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados na próxima eleição da Mesa Diretora, a ocorrer em 2 de fevereiro de 2017.

Reitere-se que, sendo iminente a prática do ato potencialmente ofensivo à Constituição, impõe-se ao Poder Judiciário atuar prontamente para impedir a sua prática, não se podendo exigir a solução definitiva da demanda para tanto, ainda que isso esgote o objeto da ação, a afastar a incidência do disposto no § 3º do art. 1º da Lei n. 8.437, de 1992. É que a não concessão da medida e a espera pela decisão final também teriam efeitos irreversíveis, uma vez que equivaleriam a permitir a reeleição e, muito provavelmente, o exercício do segundo mandato consecutivo de Presidente da Câmara dos Deputados pelo réu, em afronta à Lei Fundamental. Destarte, deve-se priorizar a decisão que mais protege os valores constitucionais.

Posto isso, **defiro, em parte, a tutela de urgência**, a fim de determinar ao réu, Deputado Federal Rodrigo Maia, que se abstenha de se candidatar para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados na próxima eleição da Mesa Diretora, a ocorrer em 2 de fevereiro de 2017.

Com vistas a assegurar a efetivação da tutela provisória (artigos 297, 519 e 536, § 1º, todos do CPC), para a hipótese de descumprimento, estabeleço em detrimento do segundo réu multa pessoal no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser revertida em favor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, regulamentado pelo Decreto n. 1.306, de 1994.

Intimem-se. Citem-se.

¹⁰ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização). São Paulo: Malheiros, 1998, p. 355.



0 0 0 0 6 9 7 4 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0000697-45.2017.4.01.3400 - 15ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00004.2017.00153400.2.00623/00033

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal (art. 7º, I, “a”, da Lei n. 4.717, de 1965).

Brasília, 20 de janeiro de 2017.

(assinado digitalmente)
EDUARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA
Juiz Federal Substituto